

1/15  
M

**PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO  
NO DOMÍNIO FLORESTAL**

**ENTRE**

**O GOVERNO DA REPUBLICA PORTUGUESA**

**E**

**O GOVERNO DA REPUBLICA  
DEMOCRATICA E POPULAR DA ARGÉLIA**

2/15  
M

O Governo da República Portuguesa e o Governo da República Democrática e Popular da Argélia, doravante designados "Partes";

Reconhecendo o interesse em desenvolver a cooperação no domínio florestal em geral e da subercultura em montado de sobro em particular, por forma a participar ativamente na resolução dos grandes desafios do desenvolvimento sustentável no que respeita à proteção e valorização dos recursos naturais;

Reconhecendo a necessidade de reforçar, de alargar e de diversificar as experiências entre os dois países na base de mútuos interesses;

Reconhecendo que a cooperação especificada neste Protocolo, deve ser executada no contexto da legislação florestal, agrícola e rural em vigor nos territórios das duas Partes;

Acordam o seguinte:

#### ARTIGO 1.º OBJETIVOS

1. As Partes encorajam, no quadro do direito interno em vigor nos seus Estados, as relações entre os dois países no domínio do desenvolvimento rural e da economia florestal; trata-se em particular, de promover a cooperação nos domínios da subercultura e da indústria corticeira.
2. Esta cooperação mutuamente vantajosa, será instaurada entre as instituições e os operadores económicos interessados dos dois países.

#### ARTIGO 2.º DOMÍNIOS DE COOPERAÇÃO

Neste contexto, as Partes concordaram em promover a cooperação nos seguintes domínios:

##### **Temática I: Proteção da floresta:**

- Prevenção e luta contra os incêndios, as doenças e pragas da floresta, em particular do montado de sobro;
- Recuperação das florestas degradadas pelos incêndios, em particular do montado de sobro.

##### **Temática II: Reabilitação do montado de sobro;**

- Produção das plantas em viveiro;
- Técnicas e manutenção das plantações.

##### **Temática III: Gestão sustentável do montado de sobro:**

- Técnicas de ordenamento: Intercâmbio de experiências em matéria de ordenamento, de planeamento das operações de silvicultura e de manutenção dos povoamentos de sobreiro;

3/15  
M

- Produção de sobreiros: Intercâmbio de experiências em matéria de inventário, de avaliação e de otimização da produção corticeira, bem como categorização e classificação dos sobreiros;
- Valorização da madeira de sobreiro depois de incêndio.

#### **Temática IV: Economia florestal:**

- Aproximação entre os operadores económicos dos dois países visando o desenvolvimento de um parceria sustentável no domínio da economia suberícola;
- Promoção de uma aproximação integrada de desenvolvimento da cultura de sobreiro, incluindo a plantação, a exploração e a indústria corticeira;
- Modernização das unidades industriais, otimização das técnicas de transformação e valorização dos produtos.

#### **Temática V: Investigação:**

- Aproximação entre as instituições de investigação dos dois países visando promover prioritariamente a investigação aplicada nos domínios da produtividade da cortiça, do melhoramento das variedades, das técnicas silvícolas e de plantação.

### **ARTIGO 3.º PLANO DE ACCÇÃO**

As ações de cooperação e os procedimentos para aplicação do Presente Protocolo de Cooperação serão definidos pelas autoridades devidamente designadas e submetidos à aprovação das Partes.

### **ARTIGO 4.º AUTORIDADES COMPETENTES**

Cada Parte designará o ponto de contacto nacional, através do qual se efetuará o intercâmbio e o acompanhamento da informação sobre as dimensões abrangidas por este Protocolo de cooperação e seu plano de ação, como segue:

- a) A Direção Geral das Florestas do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural da República Democrática e Popular da Argélia.
- b) O Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas do Ministério da Agricultura e do Mar da República portuguesa.

### **ARTIGO 5.º FINANCIAMENTO**

O presente Protocolo de cooperação não compromete as Partes na transferência de verbas entre si. Todas as despesas efetuadas no quadro do presente Protocolo de cooperação dependem da disponibilidade orçamental das Partes, nos termos da regulamentação em vigor nos dois países.

No quadro da sua legislação e dependendo da sua disponibilidade orçamental, cada Parte assegurará pelos meios apropriados as despesas ligadas às disposições do presente Protocolo de cooperação, inerentes às deslocações das delegações que deverão viajar para o território da outra Parte.

4/95  
M

No que respeita à Parte portuguesa, as despesas de deslocação e de estadia do pessoal envolvidos na aplicação do presente Protocolo de cooperação, bem como todas as outras não aqui mencionadas, serão suportadas pelas empresas interessadas do sector e/ou suas associações empresariais respetivas.

**ARTIGO 6.º**  
**FORMAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

As duas Partes acordam desenvolver um programa de formação e de assistência técnica nos domínios mencionados, no quadro do reforço das capacidades humanas.

**ARTIGO 7.º**  
**RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS**

Qualquer litígio relativo à interpretação ou aplicação deste Protocolo será dirimido através de negociação entre as Partes.

**ARTIGO 8.º**  
**DISPOSIÇÕES FINAIS**

Para a Parte argelina, o presente Protocolo de cooperação entrará em vigor a partir da data da última notificação, por via diplomática, pela qual, se informa a Parte portuguesa do cumprimento dos procedimentos jurídicos internos requeridos para este efeito. Para a Parte portuguesa, o presente Protocolo de cooperação produz efeitos à data da sua assinatura. Será válido por um período de cinco (5) anos, e renovável tacitamente por iguais períodos, salvo se uma das Partes notificar a sua intenção de o denunciar, por escrito e por via diplomática, com pelo menos três (03) meses antes da data do termo da sua vigência.

Qualquer alteração ou emenda efetua-se, por consentimento mútuo, pela via diplomática. Estas alterações ou emendas produzirão efeitos nos mesmos termos que os previstos para a produção de efeitos do presente Protocolo de cooperação.

A denúncia do presente Protocolo de cooperação não afetará a realização das atividades de cooperação iniciadas durante o seu período de validade.

5/15  
M

Feito em Argel, a 28 de novembro de 2013 em dois exemplares originais, nas línguas árabe, portuguesa e francesa, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, o texto em língua francesa prevalecerá.

Pelo Governo da República Portuguesa

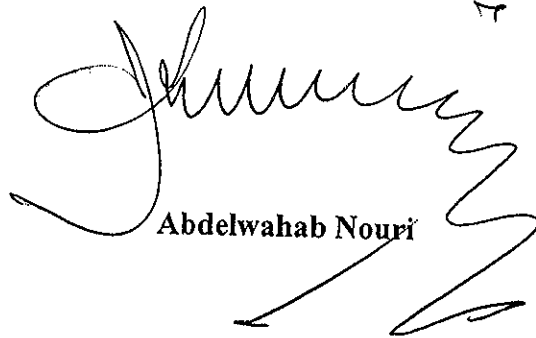
Pelo Governo da República Democrática e Popular da Argélia

A Ministra da Agricultura e do Mar

O Ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural



Assunção Cristas



Abdelwahab Nouri

6/95  
M

**PROTOCOLE DE COOPERATION  
DANS LE DOMAINE FORESTIER**

**ENTRE**

**LE GOUVERNEMENT DE LA REPUBLIQUE PORTUGAISE**

**ET**

**LE GOUVERNEMENT DE LA REPUBLIQUE  
ALGERIENNE DEMOCRATIQUE ET POPULAIRE**

7/95  
M

Le Gouvernement de la République Portugaise et le Gouvernement de la République Algérienne Démocratique et Populaire, ci-après dénommés "Les Parties" ;

Reconnaissant l'intérêt de développer la coopération dans le domaine forestier en général et de la subériculture en particulier, pour participer activement à la résolution des grands enjeux du développement durable en ce qui concerne la protection et la valorisation des ressources naturelles ;

Reconnaissant la nécessité de renforcer, d'étendre et de diversifier les expériences entre les deux pays sur la base d'intérêts mutuels;

Reconnaissant que la coopération spécifiée dans ce Protocole, doit être exécutée en tenant compte de la législation forestière, agricole et rurale en vigueur dans les territoires des deux Parties;

Sont convenus de ce qui suit:

### ARTICLE PREMIER OBJECTIFS

1. Les Parties encouragent, dans le cadre du droit interne en vigueur dans leurs Etats, les relations entre les deux pays dans le domaine du développement rural et de l'économie forestière; il s'agit en particulier de promouvoir la coopération dans les domaines de la subériculture et de l'industrie des lièges.
2. Cette coopération mutuellement avantageuse, sera instaurée entre les institutions et les opérateurs économiques concernés des deux pays.

### ARTICLE 2 DOMAINES DE COOPERATION

Dans ce cadre, les Parties ont convenu de promouvoir la coopération dans les domaines suivants:

#### Thématique I: Protection de la forêt:

- Prévention et lutte contre les incendies et les maladies de forêts, plus particulièrement des subéraies;
- Restauration des forêts dégradées par les incendies, plus particulièrement des subéraies.

#### Thématique II: Réhabilitation des subéraies :

- Production de plants en pépinière;
- Techniques et conduite des plantations.

#### Thématique III: Gestion durable de la subéraie :

- Techniques d'aménagement: Echange d'expériences en matière d'aménagement, de planification des opérations sylvicoles et de conduite des peuplements de chêne liège;
- Production de liège: Echange d'expériences en matière d'inventaire, d'évaluation et d'optimisation de la production subéricole, ainsi que la catégorisation et le classement des lièges;
- Valorisation du bois de chêne liège après incendie.

**Thématique IV: Economie forestière :**

- Rapprochement entre les opérateurs économiques des deux pays visant à développer un partenariat durable dans le domaine de l'économie subéricole;
- Promotion d'une approche intégrée de développement de la subériculture incluant la plantation, l'exploitation et l'industrie des lièges;
- Modernisation des unités industrielles, optimisation des techniques de transformation et valorisation des produits.

**Thématique V: Recherche :**

- Rapprochement entre les institutions de recherche des deux pays visant à promouvoir prioritairement la recherche appliquée dans les domaines de la productivité des lièges, de l'amélioration variétale, des techniques sylvicoles et de plantation.

**ARTICLE 3  
PLAN D'ACTION**

Les actions de coopération et les procédures de mise en œuvre de ce Protocole de coopération seront définies par les autorités dûment désignées et soumis à l'approbation des Parties.

**ARTICLE 4  
AUTORITES COMPETENTES**

Chaque Partie désignera le point de contact national, par lequel s'effectuera l'échange et le suivi d'information sur les dimensions couvertes par ce Protocole de coopération et son plan d'action, comme suit:

- a) L'Institut de la Conservation de la Nature et des Forêts du Ministère de l'Agriculture et de la Mer de la République portugaise
- b) La Direction Générale des Forêts du Ministère de l'Agriculture et du Développement Rural de la République Algérienne Démocratique et Populaire.

**ARTICLE 5  
FINANCEMENT**

Le présent Protocole de coopération n'entraîne pas les de coopération à s'engager à transférer des fonds entre eux. Toutes les dépenses effectuées dans le cadre du présent Protocole de coopération dépendent de la disponibilité budgétaire des Parties conformément à la réglementation en vigueur dans les deux Etats.

Dans le cadre de sa législation et dépendant de sa disponibilité budgétaire, chaque Partie assurera par les moyens appropriés les frais liés aux dispositions de ce Protocole de coopération, inhérents aux déplacements des délégations qui doivent se rendre sur le territoire de l'autre Partie.

En ce qui concerne la Partie portugaise, les frais de déplacement et de logement du personnel impliqué dans la mise en œuvre du présent Protocole de coopération, ainsi que tous les autres qui ne sont pas indiqués ici, seront supportés par les entreprises du secteur concernées et/ou leurs associations entrepreneuriales respectives.



2/95  
M

**ARTICLE 6**  
**FORMATION ET ASSISTANCE TECHNIQUE**

Les deux Parties conviennent de développer un programme de formation et d'assistance technique dans les domaines cités, dans le cadre du renforcement des capacités humaines.

**ARTICLE 7**  
**REGLEMENT DE DIFFERENDS**

Tout différend concernant l'interprétation ou l'exécution du présent Protocole de coopération, sera réglé par négociations directes entre les deux Parties, par voie diplomatique.

**ARTICLE 8**  
**DISPOSITIONS FINALES**

Pour la Partie algérienne, le présent Protocole de coopération entrera en vigueur à compter de la date de la dernière notification par voie diplomatique, par laquelle, elle informe la Partie portugaise de l'accomplissement des procédures juridiques internes requises à cet effet. Pour la partie portugaise, le présent Protocole de coopération produit effet à la date de sa signature. Il restera valable pour une période de cinq (5) années, renouvelable par tacite reconduction pour une période similaire, à moins que l'une des Parties ne notifie à l'autre, son intention de le dénoncer, par voie diplomatique, trois (3) mois avant sa date d'expiration.

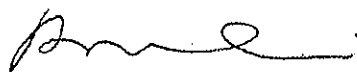
Tout amendement ou modification s'effectue, par consentement mutuel, par voie diplomatique. Ces amendements ou modifications entreront en vigueur selon les mêmes formes que celles prévues pour l'entrée en vigueur de ce Protocole de coopération.

La dénonciation du présent Protocole de coopération n'affectera pas l'achèvement des activités de coopération entamées durant sa période de validité.

Fait à Alger, le 28 de novembre 2013 en deux exemplaires originaux, en langues arabe, portugaise et française, tous les textes faisant également foi. En cas de divergence d'interprétation, le texte en langue française prévaudra.

**Pour le Gouvernement  
de la République Portugaise**

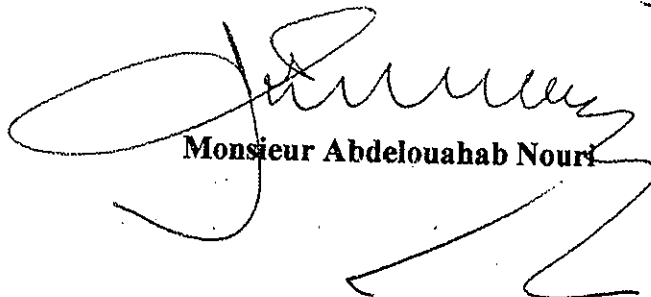
**la Ministre de l'Agriculture et  
de la Mer**



**Madame Assunção Cristas**

**Pour le Gouvernement de la République  
Algérienne Démocratique et Populaire,**

**le Ministre de l'Agriculture  
et du Développement Rural**



**Monsieur Abdelouahab Nouri**

بروتوكول تعاون في مجال الغابات

بين

حكومة الجمهورية البرتغالية

و

حكومة الجمهورية الجزائرية الديمقراطية الشعبية

10/195  
21

99/45  
M

إن حكومة الجمهورية البرتغالية و حكومة الجمهورية الجزائرية الديمقراطية الشعبية المشار إليهما أدناه " بالطرفين "

إدراكا لأهمية تطوير التعاون في قطاع الغابات عامة ، و غابات البلوط الفليني خاصة ، لغرض المساهمة الفاعلة في حل القضايا الرئيسية للتنمية المستدامة في مجال حماية وتثمين الموارد الطبيعية.

اعترافا بالحاجة إلى تعزيز وتوسيع وتنويع الخبرات بين البلدين على أساس المصالح المتبادلة.

اعترافا بأن التعاون المحدد في بروتوكول التعاون هذا ينبغي أن ينفذ أخذا في الحسبان التشريعات الغابية و الزراعية و الريفية السارية على إقليمي كلا الطرفين ؛

اتفقتا على ما يلي:

### المادة الأولى

#### الأهداف

1. يشجع الطرفان ، في إطار القانون الداخلي الساري بدولتيهما، العلاقات بين البلدين في مجال التنمية الريفية و الاقتصاد الغابي، المتمثل خصوصا في ترقية التعاون في مجالات استغلال غابات البلوط الفليني و صناعة الفلين.
2. وسيتم إرساء هذا التعاون ذو المنفعة المتبادلة بين المؤسسات والفاعلين الاقتصاديين المعنيين في كلا البلدين.

### المادة 2

#### مجالات التعاون

في هذا الإطار، اتفق الطرفان على تثمين التعاون في المجالات التالية:

## الموضوع II : حماية الغابات

- الوقاية ومكافحة الحرائق و أمراض الغابات خاصة غابات البلوط الفليني.
- إعادة تهيئة الغابات المتدهورة بسبب الحرائق خاصة غابات البلوط الفليني.

## الموضوع II :إعادة تأهيل غابات البلوط الفليني

- إنتاج الشتلات.
- تقنيات وإدارة عمليات التشجير.

## الموضوع III : الإدارة المستدامة لغابات البلوط الفليني

- تقنيات تهيئة الغابات: تبادل الخبرات في مجال التهيئة، تخطيط عمليات الحراثة وإدارة إعمار غابات البلوط الفليني .
- إنتاج الفلين: تبادل الخبرات فيما يخص الجرد، تقييم و تحسين إنتاج البلوط الفليني، و كذلك تصنيف أنواع الفلين.
- ترميم خشب أشجار البلوط الفليني بعد الحرائق.

## الموضوع VI: الاقتصاد الغابي

- التقارب بين الفاعلين الاقتصاديين في كلا البلدين بهدف تطوير شراكة مستدامة في مجال اقتصاد البلوط الفليني،
- ترقية نهج متكامل لتنمية و تطوير زراعة البلوط الفليني ، بما في ذلك زراعة ، استغلال، و صناعة الفلين
- عصرنة الوحدات الصناعية، وتحسين تقنيات تحويل و ترميم المنتجات.

## الموضوع V: البحث

- التقارب المؤسساتي بين مؤسسات البحث في كلا البلدين الرامية بشكل أولوي إلى ترقية البحوث التطبيقية في مجالات إنتاجية الفلين، وتحسين الأصناف وتقنيات الزراعة والحراثة

### المادة 3

#### خطة العمل

تحدد أنشطة التعاون و إجراءات تنفيذ بروتوكول التعاون هذا من طرف السلطات المعنية قانونا كما تعرض على الموافقة من قبل الطرفين.

### المادة 4

#### السلطات المختصة

يعين كل طرف منسقا وطنيا للاتصال، يتم من خلاله تبادل ومتابعة المعلومات حول المجالات التي يشملها بروتوكول التعاون هذا، و خطة عمله، على النحو التالي:

- أ. معهد المحافظة على الطبيعة و الغابات لوزارة الفلاحة و البحر للجمهورية البرتغالية
- ب. المديرية العامة للغابات لوزارة الفلاحة و التنمية الريفية للجمهورية الجزائرية الديمقراطية الشعبية.

### المادة 5

#### التمويل

لا يوجب بروتوكول التعاون هذا الطرفين بالالتزام بتحويل الأموال بينهما، و تتوقف سائر النفقات المتكبدة في إطار تنفيذه على الميزانية المتاحة للطرفين، وفق التنظيم الساري في كلتا الدولتين.

يتكفل كل طرف، في إطار قوانينه و وفق ميزانيته المتوفرة و عبر الطرق المناسبة، بالتكاليف المرتبطة بأحكام هذا البروتوكول، و المرتبطة بتنقلات الوفود إلى إقليم الطرف الآخر.

14/15  
121

بخصوص الطرف البرتغالي، تتكفل مؤسسات القطاع المعني و /أو جمعيات ريادة الأعمال بتكاليف تنقل و إقامة المستخدمين المعنيين بتنفيذ بروتوكول التعاون هذا و كذا المصاريف الأخرى الغير مذكورة هنا.

#### المادة 6

#### التكوين و الدعم التقني

ينفق الطرفان على تطوير برنامج التدريب و التكوين و الدعم التقني في المجالات المذكورة في إطار تعزيز القدرات البشرية.

#### المادة 7

#### تسوية الخلافات

تتم تسوية أي خلاف بين الطرفين ناتج عن تفسير أو تنفيذ بروتوكول التعاون هذا عن طريق المفاوضات المباشرة بين الطرفين عبر القناة الدبلوماسية.

#### المادة 8

#### أحكام نهائية

بالنسبة للطرف الجزائري، يدخل بروتوكول التعاون هذا حيز التنفيذ ابتداء من تاريخ آخر إشعار عبر القناة الدبلوماسية، يعلم من خلالها الطرف البرتغالي باستيفاء الإجراءات القانونية الداخلية المطلوبة بهذا الشأن بالنسبة للطرف البرتغالي ، فإن بروتوكول التعاون هذا يدخل حيز التنفيذ في تاريخ التوقيع عليه. و يبقى ساري المفعول لمدة خمس سنوات، قابلة للتجديد ضمنيا لمدة مماثلة ، ما لم يخطر أحد الطرفين ، الطرف الآخر كتابيا و عبر القناة الدبلوماسية بنيته في إنهائه ، على الأقل ثلاثة (03) أشهر قبل انقضاء فترة سريانه.

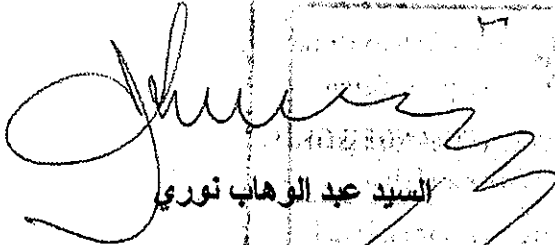
يمكن تعديل بروتوكول التعاون هذا، في أي وقت، بالاتفاق المشترك بين الطرفين، عبر القناة الدبلوماسية. و تدخل هذه التعديلات حيز التنفيذ باتخاذ نفس الإجراء المقرر لبروتوكول التعاون هذا.

لا يؤثر إنهاء هذا البروتوكول على إتمام نشاطات التعاون التي شرع فيها أثناء فترة  
صلاحيته.

حرر بالجزائر 28 نوفمبر 2013 في نسختين أصليتين؛ باللغات العربية، البرتغالية  
و الفرنسية و لجميع النصوص نفس الحجية القانونية. في حالة الاختلاف في التفسير، يرجح  
النص باللغة الفرنسية.

عن حكومة الجمهورية الجزائرية  
الديمقراطية الشعبية  
وزير الفلاحة و التنمية الريفية

عن حكومة الجمهورية البرتغالية  
وزيرة الفلاحة و البحر



السيد عبد الوهاب نوري



السيدة أسنتشاو كريستاس



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
Arquivo Histórico - Diplomático

Fotocópia conforme o original. 1)

Lisboa, 3 de Janeiro de 2014

Director

Margarete Jags

1) Constituída por 15 folios por num numerados e rubricados.

Versões em linguas árabe, portuguesa e francesa.